

Ana Clara Torres Ribeiro*

CARTOGRAFIA DA AÇÃO SOCIAL REGIÃO LATINO-AMERICANA E NOVO DESENVOLVIMENTO URBANO

O lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca as suas marcas de origem, ganha características locais. É como se a flecha do tempo se entortasse em contacto com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado. Por isso fala-se na imprevisibilidade do evento, a que Ricoeur chama de autonomia, a possibilidade, no lugar, de construir uma história de ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos.

Da totalidade ao lugar
Milton Santos

CONTEXTOS: REDUZINDO A ABSTRAÇÃO

A crítica de modelos ao desenvolvimento econômico, que não correspondem aos desafios estruturais das sociedades latino-americanas e a resistência à abstração das condições imediatas de vida imposta pelo neoliberalismo, estimularam nas últimas décadas, fortes mudanças teóricas e metodológicas nas ciências sociais. Entre estas mudanças,

* Socióloga. Doutora em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora CNPq. Presidente do Conselho Deliberativo da FASE. Membro do Comitê de Ética em pesquisa do NESC-UFRJ. Coordena o grupo de trabalho Desenvolvimento Urbano do CLACSO.

salienta-se a inclusão obrigatória do espaço e do território na análise social. Esta inclusão evidencia-se na exigência de tratamento dos contextos nos quais são vividas as transformações no capitalismo. Esta exigência, que conduz ao reconhecimento da complexidade, transforma a leitura das relações espaço-sociedade, por valorizar a singularidade na análise de experiências sociais concretas.

Através da leitura de contextos, são retomadas questões que estiveram na origem das ciências sociais mas, que foram secundarizadas pela veloz difusão, especialmente a partir dos anos cinquenta, de ideários modernizadores considerados universais e, logo, de indubitável valor. O esgotamento destes ideários, já visível a partir dos anos sessenta e setenta (ver as teorias da marginalidade social e da dependência estrutural), torna-se irreversível nos anos noventa, pela própria radicalidade da exclusão social trazida pela globalização da economia. Frente às conseqüências sociais da última modernidade, reconhece-se, mais facilmente, a fragilidade de orientações teóricas anteriores. Este reconhecimento propicia a revisão das tarefas que devem ser assumidas pelos cientistas sociais da região.

Entre estas tarefas, destaca-se o esclarecimento dos sentidos da ação social, o que implica no estudo dos vínculos entre sujeito social, conjuntura e lugar. O comprometimento das ciências sociais com estas tarefas traduz-se, por exemplo, em pesquisas sobre modos de vida, meios de subsistência, cultura material, aprendizados intergeracionais, senso comum e cotidiano. Na mesma direção, constata-se o envolvimento do pensamento social com o território. Com este envolvimento, espera-se que as ciências sociais contribuam para a afirmação de racionalidades alternativas, que orientem uma apropriação mais solidária e justa do espaço herdado.

Essas mudanças nas ciências sociais também indicam a lenta construção de paradigmas transdisciplinares. Esta construção sustenta-se no recurso à filosofia e em alterações na relação sujeito-objeto, como exemplificam as técnicas participativas de pesquisa; o resgate das narrativas e o respeito à fala do “outro”. Registra-se ainda, por sua importância para o pensamento social latino-americano, a intensificação das trocas intelectuais Sul-Sul e o número crescente de estudos dedicados aos movimentos sociais. A própria transformação nas formas de organização, orientações políticas e metas destes movimentos, impulsiona a busca de novas linguagens pelas ciências sociais. Estes movimentos criam novas geografias e atualizam identidades pretéritas, modificando a sua relação com as forças sociais e políticas e com os recursos concentrados nas grandes cidades da região.

Com a valorização de lutas, reivindicações e protestos, a leitura da grande cidade latino-americana ultrapassa a sua realidade imediata

de epicentro da crise societária. Evidentemente, não se trata de negar esta realidade mas, de propor que o espaço urbano – além de uma condensação de carências – é também depositário de aprendizados, conquistas e projetos populares, mesmo que estes continuem retidos nas malhas da ordem dominante. Interrogando esta ordem, a pesquisa da ação social reconhece as energias latentes da cidade, impedindo que o espaço físico e a paisagem orientem, com exclusividade, a interpretação da vida social. Afinal, a realidade visível não esgota a experiência urbana, que também é dotada de transcendência.

Na urbanização latino-americana, as classes populares conquistaram arduamente o direito à cidade, enfrentando a dura estratificação social que caracteriza as sociedades periféricas: extrovertidas e conservadoras. Esta conquista, com todos os seus custos sociais, não admite desistências. Desde meados do século XX, a pobreza – em sua complexa composição econômica, política, étnica e cultural – foi brutalmente concentrada nas grandes cidades. A crise dos projetos de modernização não reduziu a força deste processo. Ao contrário, a globalização da economia trouxe, para a rede urbana, um conjunto ainda mais amplo de presenças sociais, como resultado da apropriação corporativa e transnacional de segmentos do território.

Assim, apesar da ampla difusão de modelos de gestão que reduzem a cidade a uma empresa ou produto, os conflitos sociais explodem na cena urbana (ver os piqueteiros na Argentina; a mobilização social em El Alto, Bolívia, e as grandes marchas e acampamentos urbanos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Brasil). Esta explosão tece um novo tipo de intercâmbio entre sujeitos sociais e experiências políticas, que ultrapassa até mesmo fronteiras nacionais.

Na atual conjuntura, a visibilidade alcançada em décadas anteriores pelos movimentos sociais urbanos – reivindicações por melhores condições urbanas de vida – tem sido conquistada por movimentos que defendem a alteração da ordem institucional e da política econômica. Velhos e novos movimentos sociais encontram-se na cena urbana, intensamente refeita pela organização transescalar e corporativa dos interesses econômicos e pela agudização da exclusão social. Neste momento, a grande cidade latino-americana adquire novas funções, relacionadas ao coescionamento e ao fortalecimento da ação social.

PESQUISA URBANA: POLÍTICA E AÇÃO SOCIAL

É a valorização da experiência urbana, do território usado como propôs Milton Santos, que permite reconhecer, no presente, a germinação de diversos futuros e, assim, recusar análises que apenas reconhecem, na cidade, o lugar de satisfação das exigências da economia globalizada. Sem dúvida, a cidade viva, insurgente e experimental não morreu,

mesmo quando acontece a involução urbana (desindustrialização) e intra-urbana (vulnerabilidade e aguda periferização dos mais pobres). A grande cidade mantém-se como celeiro de experiências sociais, da ação espontânea, da criatividade, de aprendizados políticos e de invenções institucionais.

A atualização da cidade desafia as teorias urbanas construídas para o período de hegemonia incontestada do capital industrial. Mudanças na organização do capitalismo e na ação social impulsionam, atualmente, estudos dos valores culturais, de identidades sociais e da territorialidade, em articulação com a política e a dinâmica econômica. Transformações na acumulação capitalista trouxeram incerteza e insegurança ao cerne da experiência urbana, o que reduz a influência exercida por orientações teóricas apoiadas no estruturalismo.

Agora, a pesquisa urbana precisa suportar, em seus procedimentos técnicos, a insolúvel tensão entre determinantes econômicos e culturais da ação social. Da mesma forma, as ciências sociais enfrentam dificuldades analíticas decorrentes da tensão entre orientações históricas e utópicas da ação social. Estas tensões espelham a presentificação das relações sociais trazida pela fluidez financeira, pela urbanização corporativa e pela globalização da economia.

Os movimentos sociais urbanos perderam centralidade nas últimas décadas. Entre as causas desta perda encontram-se o recuo do Estado – o seu principal opositor político –, a escassez de recursos financeiros para as políticas urbanas, as estratégias da reestruturação produtiva com os seus impactos no “mundo do trabalho”. A crise do interclassismo também é responsável por dificuldades enfrentadas por estes movimentos, além do agravamento da desigualdade social, a agudização da violência e o deslocamento, contra os mais pobres, da fronteira entre legalidade-ilegalidade.

Atualmente, os setores médios enfrentam a sua própria crise do trabalho e absorvem os estímulos da excludente face urbana da “sociedade de consumo” em consolidação nos países periféricos. Nestas circunstâncias, os laços sociais adquirem novos conteúdos, numa cena urbana marcada por fortes sinais de fragmentação. São alguns destes conteúdos: identidades que resistem à discriminação; adesão ao localismo e ao bairrismo; formação de grupos sociais em sintonia com movimentos da escala mundial; articulação entre arte e militância política.

Um novo ativismo afirma-se na cena urbana da América Latina. O teor deste ativismo pressiona o próprio conceito de movimento social urbano, já que este ilumina, sobretudo, as mediações políticas entre carências sociais e esfera pública. No presente, é necessário analisar a dissolução dos princípios políticos que regem a ordem urbana e, também,

acompanhar a ressignificação da experiência urbana por atores sociais com diversas culturas políticas. A agudização da exclusão social estimula a coesão de movimentos com diferente datação histórica, o que redimensiona a ação social. Nesta conjuntura, surgem novos enlaces entre religião e política e, também, entre identidades culturais e movimentos sociais. Afinal, a crise societária transforma a cidade em epicentro político de movimentos originados em diferentes territorialidades, o que a confirma como espaço em movimento e dos movimentos.

Com estas breves palavras, deseja-se salientar que as mudanças escalares e de sentido na ação social impõem o trabalho com técnicas de pesquisa que consigam acompanhar: a apropriação, do espaço urbano, por velhos e novos atores sociais e políticos; as mudanças de sentido da ação social, pela absorção de valores culturais de diferentes origens; os acúmulos políticos permitidos pelo território praticado; a velocidade com que acontecem a adesão e a perda de credibilidade de lideranças e projetos políticos; os vínculos entre ação espontânea e ação organizada; a crescente centralidade dos movimentos culturais; as mudanças institucionais demandadas por atores sociais e políticos.

A desregulação dos mercados e a velocidade na realização do lucro, exigidas pelas corporações transnacionais, desestabilizam governos, organizações políticas e instituições sociais. A perda de referências institucionais aumenta o valor heurístico da experiência social imediata. Com a conjugação destes processos, necessita-se de técnicas de pesquisa que permitam o acompanhamento de processos de diferentes escalas, sem abandono do “aqui e agora”. O campo dos estudos urbanos é desafiado a desvendar metodologias de pesquisa que incluam, simultaneamente, a ação do “outro” e a explicação (econômica e política) de suas circunstâncias.

É a partir da ação (protestos, reivindicações e lutas) contextualizada que sujeitos sociais vivenciam a sociabilidade que permite a sobrevivência e, conseguem defender valores culturais recusados pela modernidade tardia. Observa-se que, com a crise societária, segmentos e grupos sociais tomam “para si” a responsabilidade por traçar o seu futuro, o que modifica a sua leitura dos recursos territorializados. A cidade, como território alienado e alienante, tem sido desvendada por sujeitos sociais que interrompem vias, ocupam pedágios e impedem a circulação urbana. Este é apenas um sintoma de processos, muito mais amplos, que denunciam o esgotamento das formas dominantes de construção das relações sociedade-espaço.

Um exemplo de profunda mudança na ação social surge na retirada do apoio popular a governos que pareciam dispor, até a véspera, de forte sustento nos movimentos sociais. Outros exemplos são encontráveis na defesa de bandeiras políticas abrangentes por movimentos

sociais originados de reivindicações econômicas imediatas. Estas mutações indicam uma forte e difusa politização, sem limites pré-estabelecidos, abrigada na experiência urbana. A politização transparece no enfrentamento, por movimentos sociais, de questões institucionais que pareciam completamente distanciadas da interferência das classes populares. As lutas bolivianas pela água e pelo gás, registradas pelo Observatório Social da América Latina (OSAL), são fortes exemplos desta nova realidade.

As mutações na ação social enfraquecem o patamar de certezas já alcançado pelo pensamento social; patamar que foi construído por interfaces entre projetos de modernização econômica e ideários evolucionistas presentes nas teorias sociais. Mesmo que as análises do desenvolvimento levassem a diferentes desembocaduras – reforma ou revolução? – o evolucionismo “de fundo” garantia a periodização segura da mudança social e a previsão de suas conseqüências políticas. Agora, os cenários são construídos juntamente com os atores e protagonistas da mudança social. Afinal, a presentificação exigida na modernidade tardia é ainda mais radical nas sociedades periféricas.

PESQUISA URBANA: LOCAL E LUGAR

Existe uma vida de relações, de difícil percepção, que adquire força propositiva frente aos limites da democracia formal (formalizada) e a destruição das esperanças de integração social. Nesta vida, subterrânea e tentativa, o homem lento (categoria filosófica criada por Milton Santos) – que é o homem dos espaços opacos da cidade – cria formas alternativas de sociabilidade e táticas de sobrevivência. A densidade dessa vida de relações, que acontece à revelia do Estado, tem assumido crescente importância política na cena urbana da América Latina.

Verifica-se a contínua criação de novos espaços públicos provisórios (ruas, estradas, pontes, pedágios), em contraste com os espaços alisados, *clean*, da cidade corporativa. Acampamentos, ocupações de prédios da administração pública, protestos com alto conteúdo simbólico, atos públicos em lugares que reforçam memórias ancestrais demonstram a vitalidade da cidade e impedem o *apartheid* político das classes populares. É com base na observação desses processos que pode-se afirmar que a hipótese da cidade fantasma, que resultaria da difusão das tecnologias de informação e comunicação, é falsa.

Aliás, a manutenção do comando da economia globalizada nas metrópoles acentua a fragilidade dessa hipótese. Nos espaços urbano-metropolitanos, estão concentrados acúmulos materiais e simbólicos que incluem, além dos produtos das sucessivas modernizações, registros de anteriores projetos políticos e sobrevivências culturais. Estes acúmulos sustentam aprendizados que poderão vir

a permitir a renovação de ideários políticos a partir da experiência das sociedades periféricas. Nesta formulação conceitual, a cidade apresenta-se como uma espacialidade construída por múltiplas e contraditórias territorialidades.

A cidade assim concebida demanda a realização de análises tentativas, abertas e parciais da ação social, orientadas por hipóteses cuja correção será verificada no próprio desenrolar do acontecimento. Este tipo de análise exige indução e intuição, apoiadas em teorias da ação. Experimenta-se, nas ciências sociais, a necessidade de rever as abordagens mais estabilizadas das identidades sociais, reconhecendo a importância dos valores culturais veiculados por movimentos e redes sociais. Na revisão teórica hoje necessária, acredita-se ter grande relevância a preservação da diferença entre *local* e *lugar*.

A tensão entre local e lugar indica os limites de análises do território que contemplam apenas os atores hegemônicos (Estado, agências multilaterais e grandes corporações). Sem reduzir a importância das pesquisas dedicadas a estes atores, cabe dizer que é preciso realizar o estudo das tendências contra-hegemônicas. Este estudo exige a pesquisa de outras formas de poder que, reunidas na cena urbana, adquirem visibilidade e grande influência nos momentos mais agudos de mudança conjuntural. Estas outras formas de poder incluem vínculos comunitários, experiências religiosas, relações étnicas e aprendizados ancestrais.

De imediato, as dificuldades enfrentadas na pesquisa da contra-hegemonia advêm da própria complexidade do *local* e do *lugar*. O local é sobre-determinado por constituir o locus de realização de projetos definidos por atores das outras escalas da realidade social. No entanto, o local não esgota o contexto. Este é também *lugar*, isto é, a espacialidade da ação espontânea, do inesperado, do acaso, do não-planejado, das experiências incertas.

O lugar opõe-se ao pensamento único mas, também, ao politicismo e ao economicismo. Ele é, sobretudo, vida social, memória coletiva, sociabilidade e ação espontânea. Com a distinção entre local e lugar, aqui proposta, procura-se indicar a complexidade dos contextos. Não existem barreiras rígidas entre local e lugar, a não ser aquelas construídas pelos muros que isolam os espaços orgânicos da pobreza dos espaços alisados da modernidade tardia. Para além (e aquém) destas barreiras, são tecidos os pactos, as negociações, as áreas de dúvida e os acordos estratégicos que constroem o cotidiano urbano.

PESQUISA URBANA: ATIVIDADE E AÇÃO

Em vez de barreiras rígidas, existem mediações entre agentes econômicos e atores políticos destas duas faces dos contextos: local e lugar.

Disputa-se, no presente, as condições indispensáveis à sobrevivência imediata e projetos para o futuro. A natureza desta disputa impede, para os atores do lugar, o mergulho na tradição e, para os atores do local, o corte radical com a história urbana, já que a própria densidade dos contextos impede a total abstração de características do espaço herdado.

A atenção aos contextos propicia a reflexão de conteúdos do ativismo, isto é, as passagens entre atividade e ação. Convém dizer que a atividade, para os objetivos desta classe, refere-se, segundo a orientação weberiana, à ação tradicional ou aos atos que não ultrapassam a preservação (ampliada) do já existente. Já a ação social propriamente dita pressupõe a autonomia dos sujeitos sociais ou a luta por alcançá-la, o que inclui o domínio dos sentidos da ação e a defesa de projetos que podem superar o já existente.

Com esta perspectiva analítica, propõe-se que a pesquisa urbana não se deixe conduzir, apenas, pelos movimentos sociais mais visíveis. Sugere-se que, além destes movimentos, seja valorizado cada gesto em que seja possível reconhecer a luta pela afirmação de sujeitos sociais autônomos. Considera-se que a valorização deste gesto é coerente com os limites em que ocorre, geralmente, a resistência à exclusão social, à opressão e ao anonimato. As estratégias e as táticas do “outro” formam uma cartografia muito diferente daquela desenhada pela ação esperada nos espaços públicos da modernidade.

A cartografia do homem lento mescla a ação espontânea à ação organizada, expressando racionalidades alternativas. Para interpretá-la, é necessário alterar a observação e o registro da ação social, assumindo a cidade como arena incerta e experimental. Os usos do território mapeados nesta cartografia decorrem de regras –não ditas– do cotidiano e da sociabilidade. Quando articulados à revolta e à insurgência, estes usos são freqüentemente fugazes, de curta duração, já que conquistados no espaço do opositor. Escapam da repressão justamente por serem imprevisíveis para a ordem dominante, inesperados e surpreendentes. Esta é uma cartografia construída pelo conhecimento vivido da cidade, por saberes populares, por praticantes dos lugares e pela solidariedade.

Esta cartografia condiz com a razão prática da maioria, com a tradição dos lugares. É necessário conhecer esta razão, as racionalidades alternativas que a constroem, e estimular o debate em torno de uma outra urbanidade, distante da pauta consumista e da arquitetura do medo da última modernidade. De fato, a inclusão do território usado, do contexto (local e lugar), na compreensão da ação social estabelece um forte ponto de apoio para a superação dos impactos, na região, da crise paradigmática das ciências sociais. Esta inclusão amplia o diálogo

entre as ciências sociais e indica características da pesquisa urbana hoje necessária.

São algumas dessas características: a valorização da ação possível, ainda que não apresente os traços esperados por teorias sociais e partidos políticos; a valorização dos usos do espaço, especialmente os construídos pelos movimentos populares; a valorização da memória popular das lutas urbanas e no urbano; a valorização dos vínculos entre identidades sociais e território (territorialidades); a valorização dos estudos transescalares da ação social; a valorização de inovações institucionais identificadas a partir da análise dos sentidos da ação social.

SUGESTÕES

Em apoio à reflexão dos temas tratados nessa classe, sugere-se a organização sistemática de acervos documentais e o mapeamento dos seguintes processos:

- reivindicações, protestos e lutas, considerando os formatos assumidos pela ação social (formas de organização e de manifestação na cena urbana);
- mudança nas motivações e nos objetivos da ação social, considerando instituições mediadoras e alianças políticas;
- alteração em identidades políticas dos atores urbanos, valorizando o peso relativo das identidades territoriais nestas alterações;
- renovação da pauta política dos atores urbanos, considerando a sua articulação com atores de outras territorialidades, que também se manifestam no urbano;
- rejeição da ordem urbana, através de formas de manifestação que contrariam a reprodução sistêmica da cidade;
- construção transescalar das reivindicações urbanas, considerando as metas destas reivindicações e as estratégias adotadas para o seu alcance;
- transformação em leituras do espaço urbano realizadas pelos movimentos sociais, valorizando o território usado;
- transformação nos objetivos institucionais das reivindicações e protestos urbanos que indiquem a radicalização da democracia;
- construção de elos entre ação política e arte, valorizando a disputa de capital simbólico que acontece na cena urbana;
- consolidação do espaço como locus de aprendizados políticos e de amplificação das reivindicações sociais;

- transformação nas formas de sociabilidade estimuladas pelas práticas políticas;
- acionamento dos recursos urbanos por atores políticos originados noutras territorialidades (apoios institucionais e meios de comunicação de massa);
- formas de apropriação política do espaço urbano que indiquem a emergência de novas formas de interclassismo;
- criação de culturas políticas, a partir de experiências de reivindicação e protesto compartilhadas no espaço urbano.